

INFORMATIVO DA FRENTE PARLAMENTAR DO SETOR QUÍMICO, PETROQUÍMICO E PLÁSTICO DO BRASIL

“Não existe país forte sem Indústria Química, Petroquímica e Plástico Competitiva”

Deputado Federal Vanderlei Siraque



Informativo da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, Ano II, nº XLVII

Governo anuncia medidas para estimular indústria brasileira

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou nesta quarta-feira (18) pacote de incentivos à indústria, após reunião com empresários e a presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Entre as medidas estão a manutenção do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que significa crédito mais barato para investimentos, além do retorno do Reintegra, que devolve impostos para exportadores de manufaturados, e até mesmo a redução da exigência para parcelar os tributos devidos à União.

“O objetivo é dar condições de competitividade para a indústria brasileira. Estamos no limiar de um novo ciclo de expansão da economia mundial e brasileira, dissipando a crise internacional e nos preparar para o novo ciclo de expansão da economia. Queremos que a indústria esteja preparada e seja competitiva, seja na exportação seja na produção doméstica”, disse Mantega.

Reintegra - O ministro recordou que o Reintegra, uma das principais medidas do Brasil Maior, devolve aos empresários 3% do valor exportado em produtos manufaturados por meio de créditos do PIS e



Foto: Site da Presidência/Roberto Stuckert Filho, PR

Cofins. Em funcionamento até o fim do ano passado, o PSI deve voltar neste ano, assim que for enviada uma Medida Provisória ao Congresso Nacional, mas com um percentual bem menor de retorno dos impostos: apenas 0,3%.

“Os empresários pediram para restabelecer o Reintegra, que devolve para o exportador tributos que ele pagou. O programa está sendo recriado, porém com uma faixa de recursos, uma

tarifa que vai vigorar de 0,1% a 3% do faturamento. Vai ser um programa permanente. Vai começar a vigorar desde a aprovação da MP. Neste ano, ele vigora com 0,3%. Começa com este percentual porque neste ano não temos recursos para pagar este tipo de subsídio. Outros setores estão reivindicando”, disse Mantega.

O ministro confirmou que o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), implementado por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), valerá também 2015. Com o PSI, as empresas obtêm empréstimos no BNDES para investimentos produtivos com juros baixos, subsidiados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Andef aponta dificuldades para expansão das empresas de defensivos agrícolas

A histórica falta de planejamento do Estado brasileiro, combinada com normas fora da realidade, logística e infraestrutura ineficientes impedem à instalação ou investimentos de empresas produtoras de defensivos agrícolas no Brasil. A informação foi passada ao presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, deputado Vanderlei Siraque (PT/SP), durante reunião, na segunda-feira (16), com o diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Eduardo Daher, e o engenheiro agrônomo, Marcelo Campacci, em São Paulo.

Viviane Serena, da área de Relações Institucionais da Braskem, e João Luiz Zuñeda, consultor da Frente Parlamentar e sócio da Maxiquim, acompanharam o parlamentar no encontro.

A Andef tem 15 empresas associadas, que produzem de defensivos agrícolas para ajudar a matar as pragas (insetos, fungos, ervas daninhas). “Isso contribuiu para aumentar a produtividade de alimentos no país”, afirmou Daher. Segundo ele “com isso, as áreas plantadas, a fome e os preços dos alimentos diminuem e a renda do agricultor e os alimentos na mesa aumentam para os brasileiros e para o mundo”.

Andef - As indústrias que atuam no país em pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização de defensivos agrícolas, representadas pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), registram significativa participação no desempenho exibido pelo agronegócio brasileiro.

No Brasil, o setor de defensivos agrícolas é liderado pelas 15 empresas associadas à Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef). São elas:



Arysta LifeScience, Basf, Bayer CropScience, Chemtura, Dow AgroSciences, DuPont, FMC do Brasil, Iharabras, Isagro, ISK Biosciences, Monsanto, Sumitomo Chemical e Syngenta.

A Andef é associada da Croplife Latin América, entidade sem fins lucrativos que representa as indústrias de defensivos agrícolas no continente latino-americano. A entidade reúne oito empresas e associações em dezoito países que seguem as diretrizes do Código de Conduta da FAO em gestão de defensivos agrícolas, além de rigorosos parâmetros de ética e responsabilidade social em áreas tais como qualidade e respeito pela saúde pública e do meio ambiente.

Pequenas empresas de produtos de limpeza e afins enfrentam dificuldades com exigências regulatórias

As pequenas e micros empresas que atuam na produção de produtos de limpeza e afins tem dificuldades para cumprir as exigências regulatórias e a fiscalização ineficiente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A situação traz consequências para a saúde pública, concorrência desleal, evasão de receitas tributárias, precarização do trabalho, danos ambientais e irresponsabilidade social e econômica.

O assunto foi discutido entre o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, deputado Vanderlei Siraque, e a presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), Maria Eugenia Proença Saldanha, em encontro realizado na terça-feira (17), na sede da entidade, no bairro do Paraíso, em São Paulo.

Participaram da conversa o diretor de Assuntos Tributários e Comércio Exterior da Abipla, Daniel Almeida dos Santos, João Luiz Zuñeda, consultor da Frente Parlamentar e sócio da Maxiquim, e Viviane Serena, da área de Relações Institucionais da Braskem participaram do encontro.

"No Brasil hoje, existem cerca de 10.250 empresas do setor, sendo apenas 3.250 registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)" explicou Maria Eugênia. Segundo ela, isso acontece porque as "pequenas empresas" tem dificuldades para cumprir as exigências regulatórias e fiscalização ineficiente da Anvisa. Entre as propostas apresentadas e discutidas para mudar o atual



cenário, estão:

- 1 - Criação de um sistema de controle de cerca de 10 matérias primas do setor. Isso permitiria fiscalizar e controlar as empresas que não cumprem as obrigações legais;
- 2 - Vender os produtos em "doses" mais concentradas para ajudar o meio ambiente: menor volume de embalagens, menor peso a ser transportado (economia de combustível), menor espaço nos estoques e nas gôndolas do varejo;
- 3 - Não é possível acabar com testes em animais, porque isso poderia prejudicar as pessoas, mas deve-se procurar alternativas;

- 4 - É necessário destravar a burocracia e mudar a legislação sobre o tema de responsabilidade da Anvisa;

- 5 - Pesquisa microbiológica (testes interlaboratoriais) para comprovar a segurança e a eficácia deve ter mecanismos rápidos envolvendo as entidades empresariais, institutos públicos e universidades;

- 6 - Mudanças na legislação brasileira relativa à biodiversidade, que causaria a inibição dos investimentos.

Abipla - Sociedade civil de âmbito nacional, a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla) representa há 35 anos o setor de produtos de limpeza e afins: doméstica, profissional e institucional.

As empresas associadas têm participação expressiva nas decisões tomadas e contam com assessoria constante para temas atuais e relevantes para o desenvolvimento do setor, harmonizando necessidades e expectativas de fornecedores, produtores e consumidores.

Editorial: INOVAÇÃO E A SOBERANIA NACIONAL

A principal característica de uma economia industrializada e diversificada como a brasileira é a complexidade das cadeias produtivas, que são muitas vezes heterogêneas, multi representadas e que nem sempre possuem interesses convergentes. Para dar conta das necessidades regulatórias de cada setor e promover condições para o seu desenvolvimento, o Congresso Nacional desenvolveu organizações voltadas para especializar deputados, compartilhar informações, promover estudos e permitir um debate político à altura do desafio: as frentes parlamentares.

O setor químico reúne todos os atributos mencionados acima. Portanto, a criação de uma frente parlamentar voltada para ele foi uma iniciativa muito apropriada e de bastante êxito. Primeiro, porque a indústria é vasta, compreendendo desde a produção de insumos até a fabricação de produtos de valor agregado. Segundo, porque ela é estratégica, alimentando outras cadeias. Terceiro, porque ela é inovadora e por último porque estávamos a ponto de perdê-la, considerando que a indústria enfrenta forte concorrência de países industrializados com capacidade ociosa em virtude da crise mundial e que o uso do gás de xisto pelos EUA desorganizou o setor.

Se a nova realidade econômica do mundo está obrigando os países mais ricos a se reinventarem, imagine o que isso deve significar para o Brasil! Essa é uma discussão que não envolve apenas disputas comerciais. É algo que vai além e que determinará o nosso lugar no mundo daqui a 20 anos.

Teremos tecnologia para proteger nossas informações? Teremos capacidade de conservar cadeias produtivas estratégicas ao nosso

desenvolvimento em nosso território? Teremos empregos de qualidade? E capacidade de projetar empresas internacionalmente, de competir globalmente? Participaremos dos grandes debates internacionais na condição de interlocutores ou de meros expectadores? Se essas perguntas não estiverem tirando o sono das autoridades, deveriam.

É verdade que avançamos muito e hoje o país tem um marco legal moderno de incentivos e subsídios e um ministro da Indústria que fez carreira acadêmica estudando os fatores condicionantes da inovação. Seguramente, Mauro Borges Lemos é um dos maiores especialistas sobre o tema no mundo. Além disso, em ranking das empresas mais inovadoras de 2014 realizado pela revista *Fast Company*, conseguimos pontuar com um representante. A Braskem representou o Brasil, tendo sua indicação obtida a partir de pesquisas ligadas ao plástico verde, derivado do etanol.

Apesar dos méritos, é pouco para a sétima economia do mundo. Ainda não damos o nível de priorização que a inovação merece. O tema não deve ser preocupação de apenas um ministério, mas deve constar nos objetivos estratégicos de todas as pastas, deve ser contemplado em todas as políticas públicas e deve envolver governos (nos seus diversos níveis), empresas, universidades e escolas. Deve estar em todos os discursos e embutido em todos os tipos de investimentos.

É importante termos em mente que, a exemplo dos principais países do mundo, também estamos numa encruzilhada global que pode ser resumida da seguinte forma: inove ou morra. E não é exagerado dizer que disso depende a própria soberania do Brasil.

Brasília/DF: Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 574 – CEP: 70160-900 / Tel (61) 3215-5574 – Fax (61) 3215-2574 Tel(11) 4427-6588 – Fax(11) 2324-0555 dep.vanderleisiraque@camara.gov.br – siraque@siraque.com.br – www.siraque.com.br
frente@quimicopetroplastico.com.br - www.frentequimicopetroplastico.com.br

Alexandre Toledo Deputado PSDB/AL / Antônio Imbassahy Deputado PSDB/BA / Arnaldo Jardim Deputado PPS/SP / Arthur O. Maia Deputado PMDB/BA / Cândido Vaccarezza Deputado PT/SP / Carlos Zarattini Deputado PT/SP / Edson Santos Deputado PT/RJ / Fernando Marroni Deputado PT/RS / Francisco Chagas Deputado PT/SP / Givaldo Carimbão Deputado PSB/AL / José Otávio Germano Deputado PP/RS / Luiz Alberto Deputado PT/BA / Manuela D'Ávila Deputada PC do B/RS / Marco Maia Deputado PT/RS / Newton Lima Deputado PT/SP / (Paulão) Paulo Fernando dos Santos Deputado PT/AL / Paulo Abi-Ackel Deputado PSDB/MG / Renan Filho Deputado PMDB/AL / Renato Mooling Deputado PP/RS / Ronaldo Zulke Deputado PT/RS